



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: **0204259-3**

082

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 421.2009.000397-0

COMARCA : Floresta – Vara Única

IMPETRANTE : Joaquim Gonçalves Espíndola

PACIENTE : Cristiano Reis da Silva

PROCURADOR(A) : Eleonora de Souza Luna

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. NEGATIVA DE AUTORIA. EXAME APROFUNDADO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DO FLAGRANTE. ERRO NA COMUNICAÇÃO À FAMÍLIA. MERA IRREGULARIDADE. EXCEDIMENTO PRAZAL PARA A CONCLUSÃO DO SUMÁRIO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. ATRASO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO NÃO IMPUTADO AO JUIZ OU AO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

I – O Habeas Corpus não é a via processual adequada a examinar o mérito da ação penal, onde se faz necessário o exame aprofundado do conjunto probatório, vedado na estreita via do WRIT. Precedentes do STJ.

II – Não acarreta a nulidade do flagrante, eventual equívoco na comunicação da prisão do acusado à família, posteriormente sanada, por se tratar de mera irregularidade.

III – Inexiste coação ilegal decorrente de excesso de prazo para a formação da culpa visto que eventual atraso não pode ser atribuído a atos praticados pelo juiz sumariante ou pelo Promotor de Justiça, tendo em vista a complexidade do feito, que tramita nos limites da razoabilidade.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



083

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0204259-3** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, ²⁷ de janeiro de 2010.


Presidente


Desª Alderita Ramos de Oliveira Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



084

HABEAS CORPUS Nº: **0204259-3**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 421.2009.000397-0

COMARCA : Floresta – Vara Única

IMPETRANTE : Joaquim Gonçalves Espíndola

PACIENTE : Cristiano Reis da Silva

PROCURADOR(A) : Eleonora de Souza Luna

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O Bel. **Joaquim Gonçalves Espíndola** impetrou ordem de **Habeas Corpus liberatório**, com pretensão liminar, em favor de **Cristiano Reis da Silva**, alegando que o paciente é inocente, que a prisão em flagrante do encontra-se eivada de ilegalidade, bem como excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal relativamente à ação penal nº 421.2009.000397-0 a que responde o perante o Juízo da Comarca de Floresta, por infração ao art. 33¹, da Lei 11.343/06, juntamente com outros 06 (seis) co-acusados.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 22/305.

Em decisão interlocutória de fls. 312, indeferi o pedido liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 317/320.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 323/327).

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

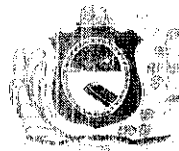


085

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



086

HABEAS CORPUS Nº: 0204259-3

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 421.2009.000397-0

COMARCA : Floresta – Vara Única

IMPETRANTE : Joaquim Gonçalves Espíndola

PACIENTE : Cristiano Reis da Silva

PROCURADOR(A) : Eleonora de Souza Luna

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Cuida-se de *habeas corpus* onde o impetrante alega sua inocência, a nulidade da prisão em flagrante delito, decorrente de erro no nome da pessoa que deveria ter sido comunicada da prisão, bem como excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal concernente ao processo-crime nº 421.2009.000397-0 a que responde o paciente perante o Juízo da Comarca de Floresta, como incurso nas penas do art. 33, da Lei 11.343/2006, juntamente com outros 06 (seis) co-acusados.

Inicialmente, destaco que a apreciação da tese de negativa de autoria defendida pelo impetrante só excepcionalmente pode ser conhecida pela via processual eleita, o que ocorre quando resulta extreme de dúvida a inocência do acusado, sendo certo que o exame aprofundado da prova dos autos originários constitui incursão no mérito da ação, de competência do juízo de 1º grau.

Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do *Habeas Corpus* 35.525/SP, Quinta Turma, Relator Min. Arnaldo Esteves, julgado em 09.08.2007 e publicado no DJ do dia 10.09.2007, de cuja ementa se extrai o seguinte teor:

“HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. NEGATIVA DE AUTORIA. NULIDADE DA SENTENÇA. LIVRE CONVICÇÃO MOTIVADA DO MAGISTRADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. A análise da alegada inocência do paciente demanda aprofundado exame do conjunto fático-probatório dos autos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



087

peculiar ao processo de conhecimento, o que é inviável em sede de habeas corpus, remédio jurídico-processual, de índole constitucional, que tem como escopo resguardar a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder, marcado por cognição sumária e rito célere.

(...)

3. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.”.

Com relação à alegada nulidade do flagrante pelo fato de a comunicação da prisão do paciente não ter sido realizada à pessoa por ele indicada, mas em nome de uma desconhecida, cuidando que tal fato não passa de mera irregularidade, já se encontrando sanada, haja vista que a pessoa indicada pelo paciente, posteriormente, tomou conhecimento da prisão por outro meio. Nesse sentido é o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

“CRIMINAL. RHC. NULIDADES. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. TARDIA COMUNICAÇÃO DA PRISÃO À FAMÍLIA DO PRESO. POLICIAL NOMEADO CURADOR A RÉU MENOR DE 21 ANOS. CONDUTOR OUVIDO COMO TESTEMUNHA. IRRELEVÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO
Não constitui irregularidade apta a anular o auto de prisão a comunicação tardia feita à família do paciente quando de sua prisão em flagrante.

É descabido o reconhecimento da nulidade referente à nomeação de um policial como curador, se inexistente a demonstração de prejuízo para a defesa.

Pode, o condutor do preso, além de ser ouvido como testemunha, compor o número previsto no art. 304, § 2º, do CPP.

Recurso desprovido.”

(RHC 10.220/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, julgado em 13/03/2001 e publicado no DJ de 23/04/2001).

No que pertine ao alegado excesso de prazo, o juiz processante, ao prestar as informações requisitadas, trouxe à baila



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



088

fatos e circunstâncias que justificam o atraso alardeado na impetração, ao afirmar (fls. 317/320):

"(...) No que concerne ao alegado excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, há de se destacar que se trata de processo complexo, com 07 (sete) acusados, o que demanda um certo tempo para a notificação e intimação de todos, ainda mais se levarmos em consideração que estão presos em unidades prisionais de outras comarcas, devido à depredação e incêndio da cadeia pública local.

Existe também os inúmeros pedidos de liberdade provisória e HCs, impetrados em favor dos acusados, fatos estes que também demandam um certo lapso temporal, levando-se em conta que não há nesta comarca juiz e promotor de justiça titulares.

Por outro lado, constata-se que até o presente momento nem todas as defesas preliminares foram apresentadas, nos levando a crer que os defensores dos acusados apenas se preocupam em colocá-los em liberdade e não em dar celeridade ao feito para vê-los julgados. (...)".

Vê-se, por conseguinte, que inexistente o constrangimento ilegal alardeado na impetração, porquanto eventual atraso na conclusão do sumário não decorreu de desídia do julgador a quo, tampouco do Representante do Parquet de 1º grau, mas da complexidade do feito, consubstanciada na pluralidade de acusados, os quais se encontram presos em Comarcas diversas devido à depredação e incêndio da cadeia pública local, circunstância essa que inviabiliza a concessão da ordem, por aplicação do princípio da razoabilidade, como assentado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do *Habeas Corpus* nº 57609/SP, Relator Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, data do julgamento: 15.08.2006, de cuja ementa se extrai o seguinte excerto:

"(...) III. Eventual atraso no andamento do processo-crime que não pode ser atribuído ao Juiz ou ao Ministério Público.

IV. O prazo legalmente estabelecido para a conclusão da instrução criminal não é absoluto e o constrangimento ilegal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



089

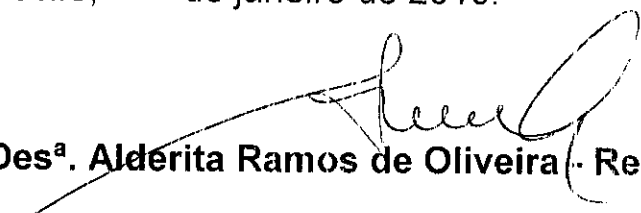
por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada.

V. Constrangimento reputado indevido, decorrente de excesso de prazo na formação da culpa, excluído por força do princípio da razoabilidade. (...)”

É o caso dos autos.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora